

---

## A PERCEÇÃO DOS USUÁRIOS SOBRE MATERIALIDADE: MAPEAMENTO E ANÁLISE SISTÊMICA DA LITERATURA

Rita de Cássia Correa Pepinelli Camargo <sup>1</sup>

Luiz Alberton <sup>2</sup>

---

▪ Artigo recebido em: 17/09/2015 ▪ Artigo aceito em: 15/01/2016 ▪▪ Segunda versão aceita em: 19/01/2016

### RESUMO

Este estudo objetivou identificar as características das pesquisas científicas sobre o tema reação dos usuários à evidenciação da materialidade. Pretendeu-se com o estudo apresentar um panorama acerca do tema e indicar direções para futuras pesquisas. Com a seleção de um portfólio bibliográfico (PB), por meio do instrumento *ProKnow-C*, indicam-se autores, referências e periódicos de destaque, que podem servir como ponto de partida para os pesquisadores interessados no tema. Observou-se nos artigos selecionados, a predominância de pesquisas desenvolvidas no âmbito norte-americano. Embora os autores reconheçam que a avaliação da materialidade envolve fatores quantitativos e qualitativos, em poucos estudos são consideradas estas duas abordagens em conjunto, o que abre possibilidades para que novas pesquisas sejam desenvolvidas considerando esta característica, sobretudo com a aplicação de experimentos. Apesar das normas apregoarem que as decisões de materialidade devem ser tomadas sob a perspectiva dos usuários, muitos usuários ainda se sentem confusos acerca do tema, e não tem muita segurança sobre as bases utilizadas pelos auditores e preparadores. Além disso, ainda existe muita discrepância nas avaliações de materialidade realizadas pelos usuários quando comparadas às realizadas pelos auditores. Por estas razões, os usuários se demonstram a favor da divulgação de informações adicionais sobre a materialidade, fato que para alguns autores, poderia auxiliar na redução do gap de expectativas em relação à auditoria. Contudo, é necessário que pesquisas futuras avaliem se os usuários realmente se beneficiariam da divulgação de informações sobre a materialidade, e qual

---

<sup>1</sup> Mestre em Contabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutoranda em Contabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário Trindade, Centro Socioeconômico, Departamento de Ciências Contábeis, Bloco C – Sala 215. E-mail: rita.camargo@ufsc.br. Telefone: (48)3721-3825

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário Trindade, Centro Socioeconômico, Departamento de Ciências Contábeis, Bloco C – Sala 215. E-mail: luiz.alberton@ufsc.br. Telefone: (48)3721-3825

o impacto destas informações na utilidade das informações divulgadas pelos auditores.

**Palavras-chave:** Materialidade; Gap de expectativa; Usuários; Evidenciação da Materialidade; Revisão da Literatura.

## **THE USER'S PERCEPTION ON MATERIALITY: MAPPING AND SYSTEMIC ANALYSIS OF LITERATURE**

### **ABSTRACT**

This study aimed to identify the characteristics of scientific research on user's reaction to the disclosure of materiality. Was attempted to study provide an overview on the topic and indicate directions for future research. With the selection of a bibliographic portfolio (BP), through the ProKnow-C instrument, indicate to authors, references and prominent journals, which can serve as a starting point for researchers interested in the topic. Was observed in the selected articles the predominance of research developed in the North American context. Even though the authors recognize that the evaluation of materiality involves quantitative and qualitative factors, few studies are considered these two approaches together, which suggests opportunity for researches are developed considering this feature, particularly with the application experiments. Although regulations require that the materiality decisions must be taken from the user's perspective, many users still feel confused about the issue, and not much certainty on the bases used by auditors and preparers. Also, there is still strong discrepancy on materiality assessments performed by users when compared to the auditors. For these reasons, users are favorable to disclosure of information about materiality, fact that for some authors could help reduce the audit expectation's gap. However, it is necessary for future research to assess whether users really benefit from the dissemination of information on the materiality and the impact of this information on the usefulness of the information disclosed by the auditors.

**Keywords:** Materiality; Audit Expectation's Gap; User's; Materiality Disclosure; Literature Review.

### **1 INTRODUÇÃO**

A divulgação de informações relevantes (materiais) é uma das questões centrais na contabilidade, e tem como premissa subjacente o conceito de materialidade, de modo a garantir a elaboração de informações úteis para o processo de tomada de decisão dos usuários (FAUX, 2012). Quando o conceito de materialidade é devidamente aplicado, as demonstrações contábeis devem fornecer aos usuários todas as informações disponíveis que poderiam influenciar sua tomada de decisão (PINSKER; PITRE; DAIGLE, 2009).

Contudo, este conceito tem sido objeto de muita discussão nas últimas décadas, predominantemente, pela forma que vinha sendo aplicado na contabilidade e na auditoria. Em meados de 2000, o discurso do presidente da *Securities and Exchange Commission* (SEC) Arthur Levitt conhecido como “Jogo dos Números” chamou atenção da comunidade acadêmica e de negócios. No discurso, Levitt (1998) mencionou que alguns auditores e contadores estavam abusando do conceito de materialidade para gerenciar os lucros, e como “muleta” quando alguma fraude ou falência vinha à tona, eles argumentavam que as distorções não eram materiais e, portanto, não necessitavam ser corrigidas.

Em resposta ao discurso de Levitt, a SEC publicou em 1999 o *Staff Accounting Bulletin* (SAB) nº. 99 (*Materiality*), que orienta os auditores a olharem para a materialidade também sob o aspecto qualitativo, indicando que a dependência apenas de medidas quantitativas para avaliar a materialidade seria inadequada. Neste caso, em determinadas configurações, a natureza de uma distorção, como mudar o resultado de uma empresa de um pequeno lucro para um prejuízo ou reverter uma tendência de lucros (TUTTLE; COLLIER; PLUMLEE, 2002; CHO *et al.*, 2003), deve ser considerado pelo auditor no julgamento da materialidade, conforme o SAB nº. 99, uma vez que estes fatos poderiam afetar as decisões dos usuários das informações contábeis.

No âmbito acadêmico, apesar dos padrões normativos exigirem que os auditores considerem a perspectiva dos usuários para avaliarem a materialidade das demonstrações contábeis (FASB, 1980; IFAC, 2009), a disponibilidade de dados implicou no passado, em estudos limitados à avaliação das decisões dos auditores ou gestores sobre a avaliação da materialidade (OMER; SHELLEY; THOMPSON, 2012). Segundo Messier Jr, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005), antes de 2000, a maioria dos estudos incluíam apenas auditores e gestores como participantes das pesquisas (por exemplo, MAYPER, 1989; MESSIER, 1983; CARPENTER; DIRSMITH, 1992; BERNARDI; PINCUS, 1996).

Ao observar a materialidade sob a perspectiva do usuário, Holstrum e Messier (1982) apontam três lacunas principais: (i) pouco se sabe sobre como os usuários utilizam a informação das demonstrações contábeis para tomar suas decisões; (ii) as decisões de materialidade são tomadas pelos preparadores, auditores e usuários e como estes grupos são heterogêneos é provável que tenham visões diferentes sobre a materialidade, uma vez que seus incentivos são diferentes; e por último, (iii) existe pouca informação sobre como os julgamentos de materialidade realizados pelos preparadores e auditores afetam as decisões dos usuários. Messier Jr, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005) ao atualizar a revisão realizada por Holstrum e Messier (1982), ressaltam que as mesmas lacunas apontadas anteriormente ainda persistem e merecem atenção da comunidade científica em investigações futuras.

Dada à importância da perspectiva do usuário na avaliação da materialidade, o objetivo deste estudo é identificar as características das pesquisas científicas sobre o tema reação dos usuários à evidenciação da

materialidade. Pretende-se com o estudo apresentar um panorama acerca do tema e indicar direções para futuras pesquisas. Ressalta-se, que o termo características refere-se às lentes definidas na metodologia para a análise dos estudos.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com a literatura ao apresentar as discussões atuais nas pesquisas científicas sobre a materialidade na perspectiva do usuário. Quanto ao aspecto acadêmico, levantamentos deste tipo podem fornecer novos *insights* aos pesquisadores interessados sobre como direcionar suas pesquisas futuras sobre o tema. Do ponto de vista profissional, uma síntese dos achados sobre o tema pode dar direções a auditores e preparadores sobre aspectos que devem ser considerados no julgamento da materialidade na perspectiva dos usuários das informações contábeis. Adicionalmente, a pesquisa pode oferecer direções aos normatizadores sobre aspectos que poderiam ser alterados nos normativos para oferecer aos usuários melhor compreensão a respeito do tema. A pesquisa é original, pois além de Holstrum e Messier (1982), Chewing Jr e Higgs (2000) e Messier Jr, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005), por exemplo, que realizaram levantamentos gerais de pesquisas sobre materialidade, não se tem conhecimento de artigos que objetivaram realizar levantamentos sobre a materialidade na perspectiva do usuário. Por último, o estudo é viável, uma vez que utiliza como fonte de dados, artigos disponíveis em bases de dados de acesso dos pesquisadores.

O artigo está dividido em cinco seções. Na próxima seção é apresentado o referencial teórico seguido da metodologia da pesquisa. A quarta seção é apresentado os resultados da análise da literatura e sugestões para futuras pesquisas seguida da conclusão.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O *Financial Accounting Standards Board* (FASB, 1980) relaciona o conceito de materialidade, à probabilidade do julgamento de uma pessoa razoável ser influenciado ou ser alterado, pela omissão ou distorção de um determinado item em uma demonstração contábil que esta confiou, de tal modo, que a magnitude deste item possa interferir em seu julgamento.

O conceito utilizado pela *International Standards on Auditing* (ISA) 320 - *Materiality in planning and performing an audit*, baseado na definição do *International Accounting Standards Board* (IASB) é o de que a materialidade depende da magnitude e/ou da natureza de um item que foi omitido ou distorcido, ou de uma combinação de ambas, julgadas nas circunstâncias envolvidas, de tal forma, que a omissão ou distorção de um item, ou itens, é material se puder (individual ou coletivamente) influenciar as decisões econômicas tomadas pelos usuários com base nas demonstrações contábeis.

Percebe-se que tanto o FASB quanto o IASB definem que um item é considerado material, quando sua omissão ou distorção provoque uma alteração ou influencie de alguma forma a decisão tomada pelos usuários com base nas demonstrações contábeis. A este respeito, Spacek (1969 *apud*

FAUX, 2012) define que um item ou fato é material, se um indivíduo razoavelmente prudente o levasse em consideração para definir uma conduta a ser seguida ou uma decisão a ser tomada, como por exemplo, decidir sobre comprar ou vender ações de uma determinada empresa ou conceder ou não um empréstimo.

Estas ideias reforçam a noção de que o conceito de materialidade permeia o processo de elaboração das informações contábeis até a sua divulgação, influenciando, segundo o FASB (1975 *apud* MESSIER JR.; MARTINOV-BENNIE; EILIFSEN, 2005) decisões em relação à coleta, classificação, mensuração e sumarização dos dados relativos às atividades econômicas de uma determinada empresa, de modo a embasar as decisões sobre que tipo de informações devem ser divulgados nas demonstrações contábeis (*disclosure*). Complementam que na perspectiva dos preparadores e auditores, o conceito de materialidade envolve a determinação da importância de um determinado item para fins das demonstrações contábeis.

De tal forma, com base em FASB (1975, 1980), IFAC (2009), Cho *et al.* (2003), Tuttle, Coller e Plumlee (2002), Messier Jr, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005), Pinsker, Pitre e Daigle (2009), Houghton, Jubb e Kend (2011) a materialidade: (i) permeia o processo de elaboração das informações contábeis até a sua divulgação, de modo a embasar as decisões sobre que tipo de dados e informações deve ser divulgado nas demonstrações contábeis (*disclosure*); (ii) depende da magnitude e/ou da natureza do item que foi omitido ou distorcido (fatores quantitativos e qualitativos); (iii) é uma questão de julgamento dos preparadores e auditores; e, (iv) deve levar em consideração o que é importante para as decisões econômicas e financeiras tomadas pelos usuários com base nas demonstrações contábeis.

No âmbito da auditoria contábil independente, o conceito de materialidade sustenta a ideia que distorções nas demonstrações contábeis abaixo de um determinado nível de materialidade não alteram a percepção dos usuários sobre a condição econômica e/ou financeira de uma empresa, presumindo-se que a distorção não é material quando é pequena demais para ter qualquer efeito sobre os preços de mercado (TUTTLE; COLLER; PLUMLEE, 2002). Conforme Messier Jr, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005), o conceito de materialidade é central durante todo o processo de auditoria, mas é particularmente relevante na fase de planejamento e avaliação dos testes de auditoria, em que, a avaliação do que é material é uma questão de julgamento profissional.

Para Pinsker, Pitre e Daigle (2009) um problema a respeito da materialidade envolve a forma como as avaliações são realizadas. Em geral, a materialidade, é medida pela própria crença do auditor do que é importante para os usuários e não por uma avaliação direta do efeito destas informações sobre as suas decisões (CHO *et al.*, 2003; PINSKER; PITRE; DAIGLE, 2009). Algumas questões que o auditor considere imaterial podem ser materiais para os investidores, credores e outros *stakeholders* (HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011).

A este respeito, Holstrum e Messier (1982) apontaram diferenças consideráveis encontradas nas pesquisas com relação aos níveis de materialidade considerados pelos usuários, preparadores e auditores. Apontam que, em geral, os usuários consideram níveis de materialidade mais baixos do que os preparadores ou auditores, e que os níveis considerados pelos auditores tendem a estar entre aqueles considerados pelos usuários e preparadores. Auditores de grandes firmas de auditoria (*Big-N*) utilizam níveis maiores de materialidade do que auditores de pequenas firmas de auditoria. Diferenças também foram encontradas entre auditores de diferentes *Big-N* e entre auditores da mesma firma de auditoria.

Conforme Houghton, Jubb e Kend (2011), alguns países têm orientação profissional sobre a materialidade, como Austrália, Canadá e África do Sul, contudo, mesmo nestes países não é necessária a divulgação dos níveis e critérios de materialidade utilizados na preparação das demonstrações contábeis. A ausência de divulgação sobre a materialidade utilizada pode tornar os relatórios menos compreensíveis e menos úteis para a tomada de decisão dos usuários (DE MARTINIS; BURROWES, 1996).

Se por um lado alguns defendem a divulgação dos limiares de materialidade utilizados na auditoria, sobretudo os investidores, por outro lado, os auditores argumentam que esta divulgação poderia causar confusão no usuário, que não compreende bem os conceitos envolvidos em sua determinação (GRAY *et al.*, 2011; HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011).

O que se tem constado na pesquisa sobre a utilidade para os usuários acerca das informações divulgadas pelos auditores no parecer de auditoria é que os *stakeholders* consideram o relatório de auditoria importante, mas desejam obter mais informações sobre o auditor e sobre a auditoria, e entre estas informações estão divulgações sobre a materialidade e os métodos utilizados para determinação de seus limiares pelos auditores (MOCK *et al.*, 2013). Nesta linha, Best, Buckby e Tan (2001) encontraram que a utilização de um parecer de auditoria no formato longo, isto é, com mais informações sobre o objetivo da auditoria e os procedimentos realizados poderia reduzir o *gap* de expectativa de auditoria. Assim, a temática relacionada à reação dos usuários à evidenciação de informações sobre materialidade é um campo de pesquisa que merece atenção dos pesquisadores no futuro.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo quanto ao objetivo é classificado como exploratório-descritivo, uma vez que, os artigos aderentes ao tema proposto passaram por um processo estruturado sistematicamente a fim e descrever suas características, sintetizar seus resultados e identificar novas oportunidades de pesquisa. Quanto ao problema, a pesquisa segue a abordagem qualitativa, pois, para identificar o panorama das pesquisas científicas foi realizada a análise bibliométrica para conhecimento de informações básicas do tema, bem como, foi realizada a análise sistêmica (ou análise de conteúdo) a partir das características estabelecidas com vistas a identificar direções para futuras pesquisas que venham a contribuir com esta área de conhecimento.

Para a condução da pesquisa utilizou-se dados predominantemente secundários, isto é, artigos científicos. Nesta linha, a estratégia de pesquisa adotada consiste em uma pesquisa bibliográfica, com um recorte da literatura de pesquisas relacionadas ao tema consubstanciadas em um portfólio bibliográfico (PB) utilizado para identificar as características dos estudos e então alcançar o objetivo proposto.

### 3.1 Procedimentos para seleção do portfólio bibliográfico

Para seleção dos artigos sobre o tema utilizou-se o processo estruturado denominado *Knowledge Development Process – Constructivist (ProKnow-C)*. Conforme Afonso *et al.* (2011, p. 51) o *Proknow-C* é formado por uma série de procedimentos sequenciais que vão desde “a definição do mecanismo de busca de artigos [...] até atingir a fase de filtragem e seleção do portfólio bibliográfico relevante sobre o tema” (AFONSO *et al.*, 2011, p. 51).

Seguindo o procedimentos definidos pelo *ProKnow-C*, a primeira etapa foi a seleção do banco de artigos brutos. Foram definidos dois eixos de pesquisa relacionados ao tema estudado. O primeiro eixo, “evidenciação da materialidade”, está relacionado à temática principal do trabalho, o segundo ao enfoque que a investigação será direcionada, qual seja, a “reação do usuário” a esta divulgação.

As palavras-chave (PC) utilizadas para as buscas nas bases de dados foram definidas com base nestes dois eixos. Para o primeiro eixo, foram utilizadas: *audit\* disclos\**; *audit\* report*; *audit opinion*; *materiality*; e, *financial misstatement\**. Para o segundo eixo: *expectation gap*; *stakeholders*; *users*; *analyst\**; *decision*; e, *judgment*.

Foram selecionadas seis bases de dados internacionais disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pertencentes à área de Ciências Sociais Aplicadas, a saber: *EBSCOhost Business Source Complete*; *Gale – Academic OneFile*; *ISI Web of Science*; *ScienceDirect*; *Scopus*; e, *Wiley Online Library*. Foi utilizada também uma base de dados nacional, *Spell (Scientific Periodicals Electronic Library)*. Contudo, a busca nesta última base de dados não retornou em nenhum artigo alinhado.

O procedimento para busca de artigos nestas bases observou os seguintes critérios: (i) artigos publicados em periódicos científicos entre 2000 e 2014; (ii) busca pelas PC dos eixos combinadas, no título, resumo e palavras-chave; e, (iii) artigos publicados em língua inglesa, com exceção da *Spell*. As buscas foram realizadas entre 25 e 26 de setembro de 2014.

Para possibilitar o gerenciamento das referências bibliográficas foi utilizado o *software EndNote® X7*. Antes de analisar as referências encontradas, foi realizado um teste de aderência das PC. Foram selecionados aleatoriamente cinco artigos do banco de artigos bruto relacionados ao tema estudado, de modo a verificar se as PC utilizadas nas buscas condiziam com apresentadas pelos autores no início do processo.

Constatado que as PC eram adequadas, passou-se a etapa de filtragem dos artigos importados.

A busca nas bases de dados resultou em 1.721 artigos. Foram excluídas 442 publicações, que compreendiam artigos duplicados, publicações em conferências, livros, patentes e artigos não acadêmicos, restando 1.279 artigos. Pela leitura do título, foram analisados quais os artigos estariam possivelmente alinhados ao tema. Em casos de dúvidas, procedeu-se a leitura do resumo, evitando assim, nesta fase, excluir artigos que poderiam estar alinhados. Esta etapa resultou na exclusão de 1.233 trabalhos, restando 46 artigos.

Estes 46 artigos foram analisados por meio da identificação do reconhecimento científico. Utilizou-se como *proxy* para reconhecimento científico o número de citações no *Google Scholar*<sup>®</sup>. A busca das citações foi realizada no dia 03 de outubro de 2014. Nesta etapa, os artigos foram divididos em dois repositórios: Repositório K; e, Repositório P. O Repositório (K) contemplava os artigos com maior reconhecimento científico, definido como os artigos que possuíssem seis citações ou mais (isto é, que o artigo fizesse parte dos 98% mais citados), que resultou em 27 artigos. Os demais artigos foram alocados no Repositório P.

Após a leitura do resumo dos artigos do Repositório K, 14 artigos foram excluídos, e os 13 restantes foram transferidos para o Repositório A. Dentre os artigos que não estavam entre os mais citados, foram selecionados aqueles escritos por autores do Repositório A, que mesmo não tendo passado no teste de representatividade, foram escritos por autores que abordam em suas pesquisas o tema investigado e os publicados entre os anos de 2012 e 2014, que por serem mais recentes, possivelmente não tiveram tempo de ser citados. Após a leitura do resumo, quatro artigos foram incorporados a um novo Repositório (B). A junção do Repositório A e B resultou em 17 artigos.

Na sequência foi realizada a leitura integral dos artigos. Considerou-se alinhados os artigos que abordavam a aplicação de experimentos, *surveys* e/ou pesquisas documentais sobre o julgamento dos usuários em relação à materialidade ou sua opinião sobre a divulgação ou ainda que discutiam a importância da divulgação da materialidade pelos auditores para os usuários de modo a mitigar o *gap* de expectativa. Esta análise resultou em 15 artigos.

Pela análise das referências dos artigos selecionados foram identificados 19 trabalhos potencialmente alinhados, com um total de 655 citações. Com o ponto de corte estabelecido em 80%, foram selecionados artigos com 25 citações ou mais, que resultou em oito artigos. Dentre estes, quatro publicações já faziam parte dos artigos primários do PB e dois artigos foram incorporados ao PB pela leitura dos resumos. Com a conclusão desta etapa o PB final é formado por 17 artigos.

### **3.2 Procedimentos para análise dos artigos do portfólio bibliográfico**

A análise e a interpretação dos dados baseiam-se nas informações extraídas dos 17 artigos científicos do PB, por meio das análises bibliométrica

e sistêmica. No contexto do *ProKnow-C*, a análise bibliométrica objetiva “verificar as características das publicações da área de conhecimento em investigação, com vistas a construir conhecimento no pesquisador para que o mesmo saiba onde buscar novas informações sobre o tema” (ENSSLIN *et al.*, p. 5, 2014; tradução nossa). Nesta pesquisa as características analisadas dizem respeito: (i) autores de destaque; (ii) periódicos científicos que têm devotado espaço à divulgação de pesquisas desenvolvidas sobre o tema; (iii) palavras-chaves que representam o tema na literatura científica; e, (iv) reconhecimento científico dos artigos relevantes.

Conforme Valmorbidia *et al.* (2014, p. 10) a análise sistêmica, uma das etapas do *ProKnow-C* “visa fornecer subsídios para a contribuição ao fragmento da literatura pesquisado por meio da análise crítica do PB selecionado, informada pela afiliação teórica adotada, em termos da evidenciação das lacunas e oportunidades de pesquisas”. Nesta pesquisa a análise sistêmica foi realizada com base em quatro lentes (critérios). Estas lentes foram definidas com base no conceito de que a materialidade: (1) permeia o processo de elaboração das informações contábeis até a sua divulgação, de modo a embasar as decisões sobre que tipo de dados e informações deve ser divulgado nas demonstrações contábeis (*disclosure*); (2) depende da magnitude e/ou da natureza do item que foi omitido ou distorcido (fatores quantitativos e qualitativos); (3) é uma questão de julgamento dos preparadores e auditores; e, (4) deve levar em consideração o que é importante para as decisões econômicas tomadas pelos usuários com base nas demonstrações contábeis (FASB; 1975; 1980; IFAC, 2009; CHO *et al.*, 2003, TUTTLE; COLLIER; PLUMLEE, 2002; MESSIER JR; MARTINOV-BENNIE; EILIFSEN, 2005; PINSKER; PITRE; DAIGLE, 2009; HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011).

Com base no conceito apresentado, no Quadro 1 são expostas as lentes que basearam a análise sistêmica realizada na pesquisa.

**Quadro 1 – Lentes adotadas para realização da análise sistêmica**

Lente	Descrição da Análise
(1) Evidenciação de itens (i) materiais	Os autores demonstram preocupação, ou os autores abordam itens passíveis de julgamento e decisão quanto à sua evidenciação (ou não) em decorrência de serem (ou não) materiais. Isto tem relação com o ambiente legal em que o estudo foi desenvolvido?
(2) Abordagem	Os critérios e níveis (limiares) de materialidade adotados no estudo envolvem fatores quantitativos, qualitativos e/ou ambos?
(3) Diferenças de Julgamento e Forma de Mensuração	Nas pesquisas, foram encontradas diferenças de percepção sobre níveis e/ou critérios de materialidade entre preparadores, auditores e usuários? Como esta mensuração é realizada? (que tipo de escala é utilizada no estudo?)
(4) Foco no usuário	A determinação dos níveis de materialidade deve levar em consideração o que é importante para o usuário para decisões tomadas com base nas demonstrações contábeis. O artigo discute se os níveis de materialidade empregados por preparadores e/ou auditores são apropriados na perspectiva do usuário? Quais as formas de mitigar este <i>gap</i> de expectativa?

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na sequência é apresentada a análise dos artigos selecionados com base nos critérios definidos nesta seção.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção é apresentado inicialmente um panorama geral dos artigos que compõem o PB com destaque para autores, periódicos, palavras-chave e artigos mais relevantes. Na sequência a ênfase é dada para análise crítica dos artigos com base nas quatro lentes definidas.

### 4.1 Análise bibliométrica

Os artigos do PB foram escritos por um total de 45 autores diferentes, o que representa uma média de 2,7 autores por artigo. Coram, P.J. e Mock, T.J. foram os autores que mais participaram dos artigos (três artigos cada um). Paul J. Coram atualmente é professor e diretor da *School of Accounting and Finance* da *The University of Adelaide*, na Austrália. Foi professor da *University of Melbourne* e da *University of South Australia* e já atuou como auditor em uma das maiores firmas de auditoria da Austrália. Possui atuação ativa no *Institute of Chartered Accountants* e é membro do *Professional Standards Committee*. É pós-graduado em educação e mestre em contabilidade (área de qualidade da auditoria). Sua pesquisa se concentra sobre o efeito das informações contábeis financeiras e de auditoria sobre a tomada de decisões (pesquisa comportamental). Possui publicações em periódicos internacionais e atua no conselho editorial da *Auditing: A Journal of Practice and Theory* (AJPT). Theodore Jaye Mock é Ph.D. em *Business Administration* (1969) pela *University of California, Berkeley*, e possui M.B.A. em *Finance* (1964) e B.S. em *Mathematics* (1963) pela *The Ohio State University*. Atuou em diversas universidades pelo mundo e atualmente é professor de auditoria e asseguração (*assurance*) da *University of California, Riverside* (EUA), professor de pesquisa em auditoria da *University of Maastricht*, Holanda e professor emérito da *University of Southern California*. É um pesquisador reconhecido da área de auditoria e sua pesquisa se divide em três aspectos principais: avaliação dos riscos, julgamento do auditor e raciocínio de evidências (*evidential reasoning*).

Davis, S.M., Gray, G.L. e Turner, J.L., tem dois artigos cada um. Shawn M. Davis é professora visitante assistente desde 2007 da *Emory University, Goizueta Business School* (Atlanta, Georgia, EUA). Possui Ph.D pela *Washington University (St. Louis)*, MBA pela *University of Illinois at Urbana-Champaign* e MAS em *Accountancy* pela *University of Illinois at Urbana-Champaign*. Suas pesquisas são direcionadas para o julgamento de auditoria e a tomada de decisões, e investigação experimental em mercados de capitais. Glen L. Gray é professor da *California State University, Northridge*, possui Ph.D. em *Business Administration* pela *University of Southern California*. Possui publicações na área de auditoria voltadas para sistemas de informações vinculados a controles internos. Jerry L. Turner é professor de contabilidade e diretor do Mestrado de Contabilidade da *Neeley School of*

*Business* da *Texas Christian University* (EUA). Tem doutorado em Contabilidade pela *Texas A&M University* (1994). Sua área de interesse na pesquisa em auditoria se concentra em auditoria de TI, auditoria interna e sistemas de informação.

Percebe-se que entre os autores de destaque, existe uma concentração de norte-americanos, com exceção de Paul J. Coram que é australiano. Os autores de maior destaque nas referências foram Turner, J.L., Coram, P.J., Gray, G.L. e Mock, T.J, que já haviam se destacado com mais artigos no PB como é possível visualizar no Gráfico 1.

Recentemente estes quatro autores participaram de um projeto em conjunto intitulado “*User Perceptions Regarding the Financial Statement Audit and the Unqualified Auditors’ Report – A Two-Phase Research Study*” financiado pelo *Auditing Standards Board (ASB)* da *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)* em conjunto com *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)*, que resultou em um dos artigos que compõem o PB: “*Perceptions and misperceptions regarding the unqualified auditor's report by financial statement preparers, users, and auditors*”.

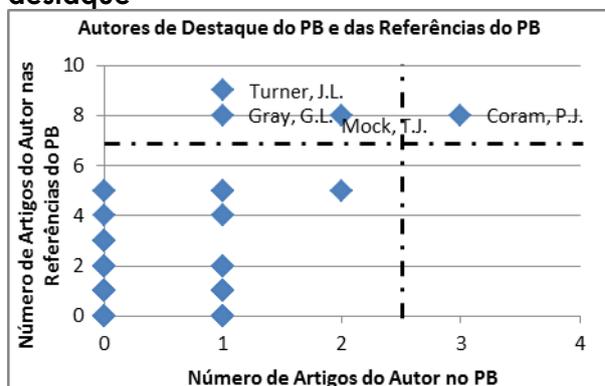
No Gráfico 2 é possível visualizar os periódicos que obtiveram destaque tanto nos artigos do PB, como em suas nas referências. Os periódicos de destaque foram a *Accounting Horizons (AH)* e *Auditing: A Journal of Practice and Theory (AJPT)*. Os dois são editados pela *American Accounting Association (AAA)*. A AH foi criada em 1999 e abrange um foco amplo da pesquisa contábil. Os tópicos gerais de interesse informados no site do periódico são os seguintes: ética contábil; serviços de garantia; relatórios financeiros; impacto da contabilidade nas organizações e no comportamento individual; sistemas de informação; contabilidade gerencial; regulamentação da profissão e desenvolvimentos legais relacionados; gestão de riscos; e tributação. A AJPT é um dos principais periódicos de auditoria. O objetivo da AJPT, conforme exposto no site do periódico, é contribuir para melhoria da prática e teoria da auditoria. Também possui artigos publicados desde 1999.

Entre as PC mais recorrentes nos estudos estão *materiality*, *decision making*, *expectation gap*, *disclosure* e *stockholders* que fazem parte das PC utilizadas nas buscas dos artigos. Outras PC com destaque, como *financial statements*, *auditing* e *auditors* compreendem PC genéricas da área de pesquisa em auditoria.

Quanto ao reconhecimento científico dos artigos, “*A review and integration of empirical research on materiality: Two decades later*” de autoria de Messier Jr, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005) foi o estudo mais citado (99 citações). Nesta pesquisa, os autores sintetizam os principais resultados da pesquisa empírica sobre materialidade desenvolvida entre 1982 e 2005. O segundo artigo com mais citações é “*Evidence of the audit expectation gap in Singapore*” de Best, Buckby e Tan (2001), com 89 citações, que aborda as diferenças de expectativa entre auditores, bancários e investidores sobre a responsabilidade do auditor, confiabilidade

das demonstrações contábeis e utilidade da informação do parecer para tomada de decisão.

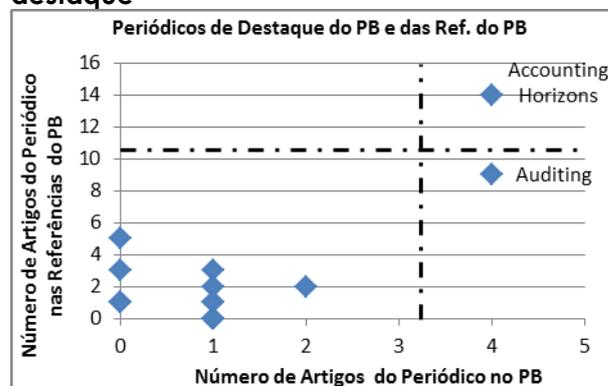
**Gráfico 1 – Cruzamento dos autores de destaque**



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: A linha horizontal e vertical que divide o gráfico em quatro quadrantes foi definida para passar no 75º percentil tanto do eixo X, como do eixo Y do gráfico.

**Gráfico 2 – Cruzamento dos periódicos de destaque**



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: A linha horizontal e vertical que divide o gráfico em quatro quadrantes foi definida para passar no 75º percentil tanto do eixo X, como do eixo Y do gráfico.

Os autores de destaque do PB são autores dos artigos que estão entre os mais citados. Coram, P. J., Gray, G. L., Mock, T. J., e Turner, J. L. escreveram o artigo “*Perceptions and misperceptions regarding the unqualified auditor's report by financial statement preparers, users, and auditors*” que ficou em quarto lugar. Davis, S. M., em conjunto Church, B. K. e McCracken, S. A. escreveram “*The Auditor's Reporting Model: A Literature Overview and Research Synthesis*” que ficou em terceiro lugar. Deve-se considerar que o artigo de Coram *et al.* (2011) e Church, Davis e McCracken (2008) tiveram menos tempo para serem citados que os demais. Por exemplo, comparando com o artigo de Messier Jr, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005) que ficou em primeiro lugar, com 99 citações em 10 anos (aproximadamente 10 citações por ano), o artigo de Coram *et al.* (2011) e Church, Davis e McCracken (2008) possuem um número médio de citações similar, de oito (32/4) e nove (65/7), respectivamente.

O artigo com mais citações entre os referenciados pelos artigos do PB é “*Auditors' and investors' perceptions of the “expectation gap”*” de McEnroe, J. E. e Martens, S. C (145 citações), que aborda as diferenças de expectativa entre auditores e investidores. Ele foi publicado em um dos periódicos de destaque do PB, a AH. Ainda entre os artigos mais citados das referências do PB estão “*A review and integration of empirical research on materiality: Two decades later*” e o “*Evidence of the audit expectation gap in Singapore*”. Ambos compõem o PB.

Adicionalmente, os artigos “*The auditor's reporting model: A literature overview and research synthesis*” de Church, B. K., Davis, S. M. e McCracken, S. A. e “*The effect of misstatements of varying magnitude on the decisions of financial statement users: An experimental investigation of materiality thresholds*” de Tuttle, B., Coller, M. e Plumlee, R. D. foram os mais

referenciados pelos artigos do PB, um total de cinco vezes cada um. Este último foi um dos primeiros artigos a abordar a magnitude da materialidade dos erros nas demonstrações contábeis sobre a decisão dos usuários.

Em resumo, no cruzamento entre os artigos com maior número de citações no PB e nas referências do PB, os artigos que mais se destacaram tanto no PB como em suas referências foram: “*A review and integration of empirical research on materiality: Two decades later*”; “*Evidence of the audit expectation gap in Singapore*”; e “*Auditors’ and investors’ perceptions of the “expectation gap”*”. Na próxima seção é apresentada a análise sistêmica dos artigos.

## 4.2 Análise sistêmica

Neste tópico é apresentada a análise dos artigos selecionados com base nas quatro lentes definidas no Quadro 1 na seção da metodologia. Na primeira Lente “Evidenciação de itens (i)materiais”, foi analisada a abordagem dada pelos autores de cada artigo para a definição do que é considerado um item ou distorção (i)materiais e sua evidenciação. A análise desta lente envolveu também a verificação do país que o estudo foi desenvolvido.

Os estudos foram desenvolvidos predominantemente nos Estados Unidos (EUA) (71% dos artigos). Outros dois estudos, especificamente voltados para materialidade, foram realizados na Austrália (HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011) e no Canadá (COX; DAYANANDAN; DONKER, 2014).

Nos artigos de Chewning Jr e Higgs (2000) e Omer, Shelley e Thompson (2012) os autores consideram que para definir se um item é passível de divulgação ou correção, isto é, se ele é material, deve ser observada predominantemente a sua magnitude. Omer, Shelley e Thompson (2012) ressaltam além da magnitude do item, que existem diferentes métodos utilizados pelos auditores para identificar as distorções materiais, como o método que considera as distorções com base em seu efeito no lucro divulgado no período (*rollover*) ou o no que quantifica as distorções com base em seu efeito sobre o balanço (*iron curtain*). Para eles, dependendo do método utilizado, os auditores podem julgar uma distorção como sendo imaterial quando por outro método a mesma seria considerada material.

A pesquisa de Chewning Jr e Higgs (2000) foi desenvolvida com base em artigos desenvolvidos anteriores a 1996 com o intuito de identificar as medidas mais comumente utilizadas para determinar a materialidade. Este fato pode justificar em parte, a abordagem da materialidade com o aspecto mais voltado para magnitude do item. Só em 1999, um pouco antes de o artigo ser divulgado é que foi publicado nos EUA pela *Security Exchange Commission* (SEC) o *Staff Accounting Bulletin* SAB nº 99, que considera outros aspectos além da magnitude na definição da materialidade, como por exemplo, atos ilegais cometidos pela administração, independentemente de seu efeito nas demonstrações contábeis.

Após a publicação do SAB nº 99, os autores passaram a considerar, além da magnitude do item para determinação da materialidade, também a sua natureza. Isto pode ser observado em Tuttle, Coller e Plumlee (2002), Cho *et al.* (2003), Shafer (2004), Messier Jr, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005), Church, Davis e McCracken (2008), Smieliauskas, Craig e Amernic (2008), Pinsker, Pitre e Daigle (2009), desenvolvidos nos EUA, como em Houghton, Jubb e Kend (2011) desenvolvido na Austrália e Cox, Dayanandan e Donker (2014) no Canadá.

Tuttle, Coller e Plumlee (2002) e Cho *et al.* (2003) destacam que em determinadas configurações, a natureza de uma distorção, como mudar o resultado de uma empresa de um pequeno lucro para um prejuízo ou a reversão de uma tendência de lucros, pode afetar o julgamento materialidade do auditor, uma vez que estes fatos poderiam afetar as decisões dos usuários das informações contábeis. Adicionalmente, Cox, Dayanandan e Donker (2014) argumentam, que apesar de “regras de ouro” serem utilizadas na determinação da materialidade, em algumas circunstâncias, os aspectos qualitativos, devem ser considerados, fazendo com que a definição de um item ser ou não material, não se resume a uma regra simples, como os tão recorrentes cinco por cento sobre o lucro líquido.

Na segunda lente “Abordagem”, foi analisado se os critérios e níveis de materialidade adotados no estudo envolvem fatores quantitativos, qualitativos ou ambos. Dos artigos empíricos, Manson e Zaman (2001), Tuttle, Coller e Plumlee (2002), Cho *et al.* (2003), Asare e Wright (2012), Omer, Shelley e Thompson (2012) e Cox, Dayanandan e Donker (2014) adotam predominantemente fatores quantitativos em suas análises. São exemplos de medidas utilizadas para determinação da materialidade, o lucro (TUTTLE; COLLER; PLUMLEE, 2002; CHO *et al.*, 2003; ASARE; WRIGHT, 2012), a receita de vendas (TUTTLE; COLLER; PLUMLEE, 2002; CHO *et al.*, 2003) e o valor do ativo total (CHO *et al.*, 2003).

Além destas medidas, Chewning Jr e Higgs (2000) apontam que também são utilizadas para determinação da materialidade, medidas como patrimônio líquido, ativo circulante (ou capital de giro), tendência dos lucros e retorno sobre investimento. Contudo, os resultados de Messier Jr, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005) indicam que o efeito do item sobre o lucro continua a ser o fator mais considerado na determinação da materialidade e na divulgação das decisões dos auditores. Estes resultados, segundo os autores, são consistentes tanto com as pesquisas baseadas em papéis de trabalho dos auditores como nas pesquisas que envolvem experimentos, em que a opção pela emissão ou não de um relatório modificado pelo auditor, geralmente é consistente com os efeitos tradicionais do item avaliado sobre o lucro.

Em uma abordagem diferente dos estudos já citados, Shafer (2004) e Pinsker, Pitre e Daigle (2009) trabalharam com fatores qualitativos relacionados à materialidade. Pinsker, Pitre e Daigle (2009) analisaram se a divulgação de fatores qualitativos positivos ou negativos pode afetar o julgamento de materialidade dos usuários. Os resultados da pesquisa

confirmaram em parte esta hipótese. Exemplos de eventos analisados no estudo foram: o fato de a empresa obter no período o primeiro lugar na satisfação dos clientes; aumentar seu lucro resultante da parceria com outra empresa; ou, divulgar que suas demonstrações contábeis do período anterior apresentam erros às tornando não confiáveis. Shafer (2004) descobriu que os atos ilegais e ilícitos cometidos pela administração, mesmo que tal ato não tenha impacto financeiro imediato sobre as demonstrações contábeis, afetou as decisões de investimento dos participantes da pesquisa. Neste sentido, Messier Jr, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005) sugerem que pesquisas futuras devem considerar o efeito dos fatores qualitativos no julgamento de materialidade tanto dos auditores como dos usuários.

Apenas dois estudos consideraram as duas abordagens em conjunto, Gray *et al.* (2011) e Houghton, Jubb e Kend (2011). Em ambos, a estratégia de pesquisa utilizada foi a de grupos focais (*focus groups*) em que os autores discutiram com diferentes grupos de *stakeholders* (auditores, usuários e reguladores e demais interessados) os fatores que poderiam melhorar a aplicação e o entendimento por parte dos usuários sobre a materialidade.

Na terceira lente “Diferenças de Julgamento e Forma de Mensuração” foi verificado se nas pesquisas encontrou-se diferenças de percepção sobre níveis ou critérios de materialidade entre preparadores, auditores e usuários e qual a forma como esta mensuração foi realizada.

Messier Jr, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005) destacam que Holstrum e Messier (1982) encontraram diferenças consideráveis entre os usuários, preparadores e auditores com relação à percepção sobre os limiares de materialidade utilizados. A conclusão é a de que: (i) os usuários consideram limiares de materialidade mais baixos do que os preparadores ou auditores; (ii) os limiares de materialidade dos auditores tendem a estar entre os dos preparadores e usuários; (iii) os auditores das *Big-N* consideram limiares maiores que os auditores das demais firmas; e, (iv) existem diferenças nos limiares considerados entre os auditores das *Big-N* e até mesmo entre os auditores da mesma firma de auditoria.

Tuttle, Coller e Plumlee (2002) utilizando como *proxie* para investidores, estudantes de graduação, encontraram que distorções nas demonstrações, dentro dos limiares de materialidade comumente utilizados não afetam a decisão dos investidores na precificação das ações. Em linha com estes resultados, Asare e Wright (2012), investigando a percepção de auditores e usuários (bancários e estudantes de MBA como *proxie* para investidores), encontraram que os auditores utilizam em média um percentual sobre o lucro para calcular a materialidade de 6%, enquanto para os usuários esta média é suposta em torno de 9%.

Por outro lado, Cho *et al.* (2003) utilizando um modelo de reação de preços das ações encontraram que os limiares de materialidade considerados por um investidor, são em média, mais baixos que os utilizados pelos auditores conforme discutido na literatura, sugerindo que os auditores deveriam considerar a utilização de limiares mais baixos de modo a não distorcer as decisões dos investidores. Gray *et al.* (2011) evidenciam que

alguns usuários ficaram surpresos ao saber que os limiares de materialidade para as grandes empresas poderiam chegar a milhões de dólares.

Omer, Shelley e Thompson (2012) também encontraram uma reação negativa dos investidores às divulgações de distorções relacionadas ao SAB nº. 108. Segundo os autores, sob a nova orientação, os auditores devem utilizar ambos os métodos, tanto baseado no lucro do período como no balanço patrimonial para definir se as distorções eram materiais e que, portanto precisariam ser corrigidas. Assim, as distorções não corrigidas em períodos anteriores, por serem avaliadas com base em apenas um dos métodos deveriam ser divulgadas na fase de adaptação. Neste caso, a reação negativa dos investidores, medida pelo retorno anormal das ações das empresas que tiveram divulgações relacionadas ao SAB nº. 108 em comparação às empresas que não apresentaram tais divulgações demonstram a preferência dos usuários por medidas mais conservadoras na definição da materialidade. Shafer (2004) e Pinsker, Pitre e Daigle (2009) encontraram que fatores qualitativos também são considerados relevantes pelos usuários na definição da materialidade, independentemente do impacto financeiro destes itens, e desta forma devem ser considerados pelos auditores.

Quanto às formas de mensuração da percepção dos grupos sobre materialidade, os estudos utilizam predominantemente escalas do tipo *likert* (BEST; BUCKBY; TAN, 2001; MANSON; ZAMAN, 2001; SHAFER, 2004; PINSKER; PITRE; DAIGLE, 2009; COX; DAYANANDAN; DONKER, 2014). Algumas pesquisas utilizaram escalas de 0 a 100% (ASARE, WRIGHT, 2012), modelos de precificação de ações (TUTTLE; COLLIER; PLUMLEE, 2002; PINSKER; PITRE; DAIGLE, 2009) e modelos de regressão múltipla (CHO *et al.*, 2003).

Na última lente, "Foco no usuário", foi verificado se os autores abordam se os níveis de materialidade empregados pelos preparadores ou auditores são apropriados na perspectiva do usuário e se é apresentada alguma sugestão para mitigar este *gap* de expectativa.

Para Houghton, Jubb e Kend (2011), algumas questões consideradas pelo auditor como imateriais podem ser muito relevantes para os investidores e outros *stakeholders*. Em geral, os padrões profissionais exigem que os auditores avaliem a materialidade a partir da perspectiva dos usuários, contudo, é difícil saber se os limiares de materialidade empregados pelos auditores são apropriados na perspectiva do usuário, uma vez que, há pouca informação disponível acerca do que os usuários consideram como material (CHO *et al.*, 2003; OMER; SHELLEY; THOMPSON, 2012).

Pinsker, Pitre e Daigle (2009) argumentam que um problema significativo a respeito da materialidade envolve a forma como as avaliações são realizadas. Segundo eles, a materialidade é medida pela própria crença do auditor do que é importante para os investidores e não por uma avaliação direta de seu efeito sobre as decisões dos mesmos. Como resultado, as decisões dos investidores sobre as demonstrações contábeis das empresas podem ser afetadas negativamente.

Com exceção de Tuttle, Coller e Plumlee (2002), que encontraram que os níveis convencionais de materialidade utilizados pelos auditores na época não afetaram a decisão dos usuários na precificação das ações, indicando que os mesmos se adequavam a perspectiva dos usuários, outras pesquisas encontraram resultados que levam a inferir que os usuários possuem percepções diferentes a respeito dos critérios considerados na definição da materialidade pelos auditores e preparadores.

Os resultados de Cho *et al.* (2003) indicam que os níveis de materialidade dos usuários são bem inferiores aos utilizados pelos auditores. Gray *et al.* (2011) constaram que, embora os usuários tenham uma compreensão básica de materialidade, alguns usuários, com exceção dos diretores financeiros que já haviam trabalhado anteriormente como auditores, ficaram surpresos de que os níveis de materialidade pode ser de milhões de dólares para as grandes empresas. Omer, Shelley e Thompson (2012) encontraram que os investidores interpretam as distorções não corrigidas em períodos anteriores divulgadas por exigência do SAB nº. 108, como indicativo de menor qualidade da auditoria, embora as mesmas tenham sido dispensadas sob a orientação prevalecente da materialidade. Estes resultados sugerem, que mesmo que as distorções tenham sido consideradas imateriais com base nas normas sobre materialidade existentes na época, a percepção sobre as bases utilizadas para determinação da materialidade dos auditores não são consideradas as mesmas pelos investidores.

Para Shafer (2004), enquanto alguns defendem que os investidores são se importam com informações qualitativas sobre irregularidades cometidas pelas empresas que não impactem diretamente nos relatórios financeiros, os resultados da sua pesquisa, discutidos anteriormente, contrariaram esta afirmação.

Conforme Asare e Wright (2012) o relatório do auditor poderia ser reforçado se o conceito de materialidade fosse esclarecido. Em geral, os usuários entendem que seria positiva uma maior explicação, por parte dos auditores, sobre os critérios utilizados para a definição da materialidade utilizada na condução da auditoria (MANSON; ZAMAN, 2001; CHURCH; DAVIS; MCCracken, 2008; GRAY *et al.*, 2011; HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011; MOCK *et al.*, 2013; COX; DAYANANDAN; DONKER, 2014).

Smieliauskas, Craig e Amernic (2008) na proposição de um novo modelo para o relatório do auditor sugerem que deveria ser incluído no parecer o valor que foi considerado pelos auditores para determinar a materialidade. Os autores argumentam, que caso os usuários desejem maior precisão nas demonstrações contábeis, eles estarão livres para buscar demonstrações de outras empresas com níveis de materialidade que sejam aceitáveis para eles.

Cox, Dayanandan e Donker (2014) sugerem que seja divulgada pelos auditores uma lista de materialidade, uma espécie de resumo, que inclua as diferenças não ajustadas, como distorções, omissões e cálculos de ajustes que em uma base individual não foram considerados materiais na realização

da auditoria. Para Turner *et al.* (2010), poderiam ser incluídas informações adicionais no relatório de auditoria, na forma de notas explicativas. Segundo os autores, o auditor poderia divulgar nestas notas, as distorções não corrigidas que foram discutidas com o cliente, de modo a permitir que cada usuário possa fazer sua própria avaliação a respeito da materialidade destas distorções considerando suas necessidades específicas. Os autores exemplificam que alguns usuários poderiam avaliar o impacto das distorções com base no lucro líquido ou lucro por ação, enquanto outros usuários poderiam ter maior interesse no impacto sobre as contas patrimoniais, como estoques e contas a receber.

Por outro lado, tanto para alguns administradores das empresas auditadas como para os auditores, a divulgação deste tipo de informações pode agravar o *gap* de expectativas em auditoria, pela dificuldade de compreensão do conceito de materialidade pelos usuários (GRAY *et al.*, 2011; HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011). Nos artigos que abordam a opinião dos auditores sobre divulgações a respeito da materialidade, a opinião sobre a **não** divulgação é unânime (MANSON; ZAMAN, 2001; GRAY *et al.*, 2011; HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011; COX; DAYANANDAN; DONKER, 2014).

Os auditores argumentam que esta divulgação poderia ocasionar em maior custo na realização da auditoria em virtude de maiores riscos de litígio (GRAY *et al.*, 2011; HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011; COX; DAYANANDAN; DONKER, 2014). Esta opinião também é compartilhada pelos administradores das empresas auditadas (GRAY *et al.*, 2011). Além disso, os auditores argumentam que os auditados ao conhecerem os limiares de materialidade utilizados, podem utilizar esta informação de forma oportunista, de modo a cometerem fraudes dentro destes limites ou procurarem apenas por auditores que utilizam altos limiares de materialidade (GRAY *et al.*, 2011; HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011).

Os auditores também argumentam que os critérios utilizados para definir materialidade não se limitam a aplicação de limiares quantitativos, mas também a consideração de fatores qualitativos, o que torna o processo um tanto complexo e ainda mais de difícil de compreensão pelo público em geral (MANSON; ZAMAN, 2001; GRAY *et al.*, 2011; HOUGHTON; JUBB; KEND, 2011). Contudo, Houghton, Jubb e Kend (2011) argumentam que a existência de fatores qualitativos não é suficiente para invalidar a possibilidade da divulgação dos limiares quantitativos de materialidade.

Outra questão que envolve a divulgação de informações sobre este tema é a compreensão dos usuários acerca do conceito de materialidade. Asare e Wright (2012) encontraram que os usuários consideram que auditores utilizam para determinar a materialidade, percentuais mais altos sobre o lucro do que os auditores indicaram que consideram. Este resultado em parte pode ser explicado pela potencial incompreensão dos usuários do efeito da materialidade no esforço de auditoria. Ou seja, na auditoria a materialidade não segue a perspectiva da linguagem comum de que 'mais material, é melhor'. Ao contrário, quanto maior o percentual sobre o lucro (ou outra medida) utilizado, maior será a probabilidade dos auditores

chegarem a conclusões incorretas sobre as demonstrações contábeis. Isto ocorre, pois, quando são utilizados limiares de materialidade mais elevados, 'mais grossa' será a 'peneira' que o auditor irá utilizar para selecionar os saldos e transações que serão analisados (HOUGHTON; JUBB, KEND, 2011). Nesta perspectiva, Houghton, Jubb e Kend (2011) sugerem que para melhorar a compreensão do usuário, alguns cuidados devem ser tomados na divulgação de informações sobre a materialidade, como substituir o termo "materialidade" por "erro tolerável" de modo a facilitar a compreensão do usuário.

Quanto aos benefícios da divulgação de informações sobre o tema, um dos argumentos defendidos pelos autores, é que a divulgação dos limiares de materialidade utilizados na auditoria poderia representar um benefício significativo na redução do *gap* de expectativa de auditoria, uma vez que removeria a noção de que a auditoria é de alguma forma abrangente ou que é uma garantia de que as operações e transações resumidas nas demonstrações contábeis são cem por cento garantidas pelo auditor (GRAY *et al.*, 2011; HOUGHTON; JUBB, KEND, 2011; COX; DAYANANDAN; DONKER, 2014). Gray *et al.* (2011) argumentam que os auditores ao divulgarem esta informação, poderiam ajudar a gerenciar as expectativas dos usuários referentes à auditoria e, portanto, isto tenderia a diminuir o *gap* de expectativa.

Outro aspecto da divulgação da materialidade é que os usuários poderiam ser alertados sobre os percentuais de distorções que poderiam estar contidos em cada demonstrativo (MANSON; ZAMAN, 2001; COX; DAYANANDAN; DONKER 2014), o que possibilitaria aos mesmos ter uma maior confiança nas demonstrações contábeis e facilitaria maiores investimentos, reduzindo assim o custo de capital (COX; DAYANANDAN; DONKER 2014). Para Shafer (2004) seria útil para os usuários que os auditores divulgassem informações mesmo que imateriais do ponto de vista da magnitude, mas materiais sob o aspecto qualitativo (como atos ilegais cometidos pela administração da empresa).

Adicionalmente, para Omer, Shelley e Thompson (2012), revisões nas orientações sobre materialidade pelos reguladores e os normatizadores seriam úteis, de modo a exigir a utilização pelos auditores de ambos os métodos (baseado no lucro e no balanço patrimonial) na determinação da materialidade. Esta medida tenderia a dificultar manipulações em favor do cliente e poderia aumentar a segurança dos usuários de que um menor número de distorções não seria corrigido.

#### **4.3 Síntese dos resultados e sugestões para futuras pesquisas**

A materialidade é um tema que desperta ainda muito interesse no âmbito contábil, principalmente nas práticas profissionais e pesquisas relacionadas diretamente à auditoria. Pelas lentes definidas para análise dos artigos do PB pode-se perceber algumas oportunidades de pesquisa. Na primeira lente, apesar de os autores reconhecerem que na avaliação da materialidade, o fato de um item ou distorção ser material ou não e

necessitar ser corrigido ou evidenciado, envolve tanto fatores quantitativos como qualitativos, em poucos estudos são consideradas estas duas abordagens em conjunto (Lente 02). Nos únicos estudos que isto foi feito, os projetos de pesquisa utilizavam como estratégia grupos focais (*focus groups*). Neste caso, a estratégia proporcionou apenas a discussão geral e não pontual acerca dos fatores quantitativos e qualitativos que envolvem a materialidade. Pesquisas futuras poderiam direcionar suas estratégias para experimentos com *stakeholders* ou até mesmo *surveys* com análises de fatores mais pontuais. Adicionalmente, os estudos são predominantemente voltados para o aspecto quantitativo no julgamento da materialidade e a medida mais utilizada ainda é lucro. Observa-se a necessidade de que pesquisas futuras direcionem mais atenção para a percepção dos usuários dos aspectos qualitativos no julgamento da materialidade, além de estudar outras medidas quantitativas além do lucro.

Ainda sobre a primeira lente, observou-se que a grande concentração de estudos desenvolvidos nos EUA, possibilita a oportunidade de pesquisadores de outros países, que tem diferentes características em seus mercados de capitais, se dedicarem também ao tema. Pesquisas futuras devem verificar se as conclusões dos estudos atuais são também aplicáveis a outros ambientes legais. Adicionalmente, pesquisas em outros países podem contribuir para o desenvolvimento de normas internacionais sobre o tema.

Na terceira lente observou-se que ainda existe muita discrepância nas avaliações de materialidade realizadas pelos usuários quando comparadas às realizadas pelos auditores. Notou-se a predominância de estudos que utilizam escalas do tipo *likert* para avaliar a percepção destes grupos. Recomenda-se que pesquisadores continuem a investigar esta questão em outros países além dos EUA, buscando entender as razões destas discrepâncias e utilizem outras formas de mensuração para esta percepção além da escala *likert*, seguindo métodos similares aos empregados nos estudos de Tuttle, Coller e Plumlee (2002), Cho *et al.* (2003) e Asare e Wright (2012).

Com a Lente 04 pode-se notar que apesar das normas apregoarem que as decisões sobre materialidade devem ser tomadas sob a perspectiva dos usuários, muitos usuários ainda se sentem confusos acerca do tema, e não tem muito segurança sobre as bases utilizadas pelos auditores e preparadores. Alguns autores sugerem que mais educação deveria ser fornecida aos usuários acerca desta questão. Neste caso, pesquisas futuras poderiam incluir em seus projetos de pesquisa estas considerações. Além disso, muitos investidores, contrariando a opinião de auditores, gostariam de receber mais informações sobre a materialidade. Contudo, uma característica dos estudos que apontam que os usuários acreditam que seja um ponto positivo obterem mais informação sobre o tema, é a utilização de estratégias de pesquisa como *surveys* ou *focus groups*. Estas estratégias apesar de indicarem as preferências dos respondentes não avaliam se os usuários realmente se beneficiariam de informações adicionais sobre a materialidade, e esta questão pode ser uma direção para pesquisas futuras.

Por fim, enquanto alguns autores defendem que a divulgação de informações sobre a materialidade auxiliaria na redução do *gap* de expectativas de auditoria, os auditores participantes das pesquisas demonstraram-se contrários à divulgação destas informações. Eles argumentam que este fato poderia aumentar os custos relacionados à auditoria uma vez que aumentaria os riscos de litígio, além de proporcionar ações oportunistas da administração das empresas auditadas pelo conhecimento dos limites que os auditores empregam na realização da auditoria. Pesquisas futuras também poderiam se ocupar destas questões.

## 6 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo identificar as características das pesquisas científicas sobre o tema reação dos usuários à evidenciação da materialidade, publicadas nas bases *EBSCOhost Business Source Complete*, *Gale – Academic OneFile*, *ISI Web of Science*, *ScienceDirect*, *Scopus* e *Wiley Online Library*, selecionadas por meio do processo *ProKnow-C*. Para isto, selecionou-se 17 artigos aderentes ao tema e realizou-se uma análise bibliométrica preliminar e uma análise crítica com auxílio da análise sistêmica sob a perspectiva do conceito de materialidade.

Os autores que se destacaram no PB foram Coram, P.J., Turner, J.L., Gray, G.L. e Mock, T.J. e Davis, S.M., ambos com pesquisas direcionadas ao relatório de auditoria e a sua utilidade para os *stakeholders*. Um dos motivos para obterem destaque no PB é que muitas de suas pesquisas foram realizadas em conjunto, algumas decorrentes de financiamentos de órgãos normatizadores como *Auditing Standards Board (ASB)* da *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)* e *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)*, que estão unindo esforços para melhorar a utilidade das informações divulgadas pelos auditores.

Os periódicos que se destacaram no PB foram *AH* e *AJPT*, ambos editados pela AAA. O último é dedicado exclusivamente a pesquisas sobre auditoria. Nota-se que estes periódicos atuam como relevantes canais para publicações sobre o tema. O fato de muitas pesquisas serem publicadas nestes periódicos pode ser explicado, em parte, pela predominância de autores dos EUA e pesquisas desenvolvidas no âmbito norte-americano. Apenas um dos autores de destaque do PB é Australiano, e apenas alguns estudos foram realizados em países não americanos (Austrália, Canadá e Singapura).

Um dos artigos de destaque do PB de autoria de Messier Jr, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005) engloba um apanhado dos principais achados da pesquisa sobre materialidade ao longo de duas décadas e pode ser considerado uma relevante fonte de consulta para os pesquisadores que se interessam pelo tema ou como um ponto de partida para os que estão iniciando suas pesquisas acerca do mesmo.

Dos artigos analisados, observou-se uma grande concentração de estudos desenvolvidos nos EUA. Conforme as lentes definidas para análise dos artigos é possível constatar que apesar dos autores reconhecerem que a

avaliação da materialidade envolve tanto aspectos quantitativos como qualitativos (Lente 01), poucos estudos consideram estas duas abordagens em conjunto (Lente 02). As pesquisas sobre o tema são mais voltadas para os aspectos quantitativos da materialidade, possuindo como medida mais utilizada o lucro. Como enfatizado na seção anterior, estas características abrem novas possibilidades de pesquisa, incluindo o desenvolvimento de estudos em outros ambientes legais, pesquisas que envolvam experimentos e abordem aspectos qualitativos no julgamento de materialidade, além de outras medidas quantitativas além do lucro. Observou-se ainda, conforme os estudos analisados, muita discrepância nas avaliações de materialidade realizadas pelos usuários quando comparadas às realizadas pelos auditores (Lente 03). Adicionalmente, apesar de as normas recomendarem que as decisões sobre materialidade devam ser tomadas sob a perspectiva dos usuários, muitos usuários ainda se sentem confusos acerca do tema, e não tem muito segurança sobre as bases utilizadas pelos auditores e preparadores e em razão disto gostariam de receber mais informações sobre a materialidade (Lente 04). Este fato pode indicar que os mesmos não estão certos que os auditores e/ou preparadores consideram o que seria material para eles na definição dos limiares e métodos para definir a materialidade utilizada em seus trabalhos. Neste caso, pesquisas que investiguem estas questões, incluindo se os usuários se beneficiariam de informações adicionais sobre a materialidade seriam úteis para auxiliar na discussão sobre o tema.

Considera-se que esta pesquisa contribui com a literatura com a identificação dos avanços sobre o tema e com a indicação de lacunas que podem ser exploradas em estudos futuros. Os profissionais e normatizados também podem se valer da síntese realizada de modo a refletir sobre mudanças que, se efetuadas, poderiam trazer aos usuários das informações contábeis maior confiabilidade e compreensão nos procedimentos adotados para a definição da materialidade, tanto nos trabalhos de contabilidade quanto de auditoria.

Para finalizar, as conclusões deste artigo limitam-se à visão dos pesquisadores. Em decorrência das características do processo utilizado para busca e análise dos artigos (*ProKnow-C*) os pesquisadores tiveram que realizar várias escolhas no decorrer da pesquisa, como a definição das palavras-chave, a seleção de bases de dados para busca, a análise de artigos que seriam eliminados pela leitura dos títulos e a definição das lentes que direcionaram a análise sistêmica. Deste modo, as conclusões são baseadas nos critérios definidos e dizem respeito apenas aos artigos selecionados para análise.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, M. H. F.; SOUZA, J. V.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Como construir conhecimento sobre o tema de pesquisa? Aplicação do processo *proknow-c* na busca de literatura sobre avaliação do desenvolvimento sustentável. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 2, p. 47-62, 2011.

- ASARE, S. K.; WRIGHT, A. M. Investors', auditors', and lenders' understanding of the message conveyed by the standard audit report on the financial statements. **Accounting Horizons**, v. 26, p. 193-217, 2012.
- BERNARDI, R. A.; PINCUS, K. V. The relationship between materiality thresholds and judgments of fraud risk. **Managerial Finance**, v. 22, n. 9, p. 1-15, 1996.
- BEST, P. J.; BUCKBY, S.; TAN, C. Evidence of the audit expectation gap in Singapore. **Managerial Auditing Journal**, v. 16, n. 3, p. 134-144, 2001.
- CARPENTER, B. W.; DIRSMITH, M. W. Early debt extinguishment transactions and auditor materiality judgments: A bounded rationality perspective. **Accounting, Organizations and Society**, v. 17, n. 8, p. 709-740, 1992.
- CHEWNING JR, E. G.; HIGGS, J. L. A meta-analysis of materiality studies. **Advances in Accounting**, v. 17, p. 65-90, 2000.
- CHO, S.-Y.; HAGERMAN, R. L.; NABAR, S.; PATTERSON, E. R. Measuring Stockholder Materiality. **Accounting Horizons**, v. 17, p. 63-76, 2003.
- CHURCH, B. K.; DAVIS, S. M.; MCCracken, S. A. The Auditor's Reporting Model: A Literature Overview and Research Synthesis. **Accounting Horizons**, v. 22, p. 69-90, 2008.
- COX, R. A. K.; DAYANANDAN, A.; DONKER, H. Materiality disclosure and litigation risks: A Canadian perspective. **International Journal of Disclosure & Governance**, v. 11, p. 284-298, 2014.
- DE MARTINIS, M. R.; BURROWES, A. W. Materiality and Risk Judgements: A Review of Users' Expectations. **Managerial Finance**, v. 22, n. 9, p. 16-34, 1996.
- ENSSLIN, S. R.; RIPOLL-FELIU, V. M.; ENSSLIN, L.; DUTRA, A. Performance Evaluation to Support the University Management Activity. **La Pensée** (Paris), v. 76, p. 2-17, 2014.
- FASB – FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Statement of Financial Accounting Concepts nº. 2**, Qualitative Characteristics of Accounting Information, 1980.
- FAUX, J. Environmental event materiality and decision making. **Managerial Auditing Journal**, v. 27, n. 3, p. 284-298, 2012.
- GRAY, G. L.; TURNER, J. L.; CORAM, P. J.; MOCK, T. J. Perceptions and misperceptions regarding the unqualified auditor's report by financial statement preparers, users, and auditors. **Accounting Horizons**, v. 25, p. 659-684, 2011.
- HOLSTRUM, G. L.; MESSIER JR., W. F. A review and integration of empirical research on materiality. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 2, n. 1, p. 45-63, 1982.
- HOUGHTON, K. A.; JUBB, C.; KEND, M. Materiality in the context of audit: The real expectations gap. **Managerial Auditing Journal**, v. 26, p. 482-500, 2011.
- IFAC – INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. **International Standard on Auditing (ISA) nº. 320**, Materiality in planning and performing an audit, 2009.
- LEVITT, A. **The numbers game**. Remarks delivered at the NYU Center for Law and Business, New York, NY, September 28, 1998.
- MANSON, S.; ZAMAN, M. Auditor communication in an evolving environment: Going beyond SAS 600 auditors' reports on financial statements. **British Accounting Review**, v. 33, p. 113-136, 2001.
- MAYPER, A. G. Consensus of auditors' materiality judgments of internal accounting control weaknesses. **Journal of Accounting Research**, v. 20, n. 2, p. 773-783, 1982.
- MESSIER JR, W. F.; MARTINOV-BENNIE, N.; EILIFSEN, A. A review and integration of empirical research on materiality: Two decades later. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 24, n. 2, p. 153-187, 2005.

- MESSIER JR., W. F. The effect of experience and firm type of materiality/disclosure judgments. **Journal of Accounting Research**, v. 21, n. 2, p. 611-618, 1983.
- MOCK, T. J.; BÉDARD, J.; CORAM, P. J.; DAVIS, S. M.; ESPAHBODI, R.; WARNE, R. C. The audit reporting model: Current research synthesis and implications. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 32, sup. 1, p. 323-351, 2013.
- OMER, T. C.; SHELLEY, M. K.; THOMPSON, A. M. Investors' response to revelations of prior uncorrected misstatements. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 31, p. 167-192, 2012.
- PINSKER, R.; PITRE, T. J.; DAIGLE, R. An investigation of nonprofessional investors' qualitative materiality judgments incorporating SEC listed vs. non-listed events. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 28, p. 446-465, 2009.
- SEC – SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. **SEC Staff Accounting Bulletin n° 99 – Materiality**, August 12, 1999.
- SEC – SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. **Staff Accounting Bulletin n° 108 – Considering the Effects of Prior Year Misstatements When Quantifying Misstatements in Current Year Financial Statements**, September 13, 2006.
- SHAFER, W. E. Qualitative financial statement disclosures: Legal and ethical considerations. **Business Ethics Quarterly**, v. 14, p. 433-451, 2004.
- SMIELIAUSKAS, W.; CRAIG, R.; AMERNIC, J. A proposal to replace 'true and fair view' with 'acceptable risk of material misstatement'. **Abacus-a Journal of Accounting Finance and Business Studies**, v. 44, p. 225-250, 2008.
- TURNER, J. L.; MOCK, T. J.; CORAM, P. J.; GRAY, G. Improving Transparency and Relevance of Auditor Communications with Financial Statement Users. **Current Issues in Auditing**, v. 4, p. A1-A8, 2010.
- TUTTLE, B.; COLLER, M.; PLUMLEE, R. D. The effect of misstatements on decisions of financial statement users: An experimental investigation of auditor materiality thresholds. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 21, p. 11-27, 2002.
- VALMORBIDA, S. M. I.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L.; RIPOLL-FELIU, V. M. Avaliação de Desempenho para Auxílio na Gestão de Universidades Públicas: Análise da Literatura para Identificação de Oportunidades de Pesquisas. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, p. 4-28, 2014.